



**TERMO ADESÃO AO "PROGRAMA  
ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR  
- PETE", QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS  
DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOCÓ,  
NA FORMA ABAIXO:**

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.071/0001-12, com sede na Avenida Afonso Olindense, 1513, bairro da Várzea, nesta cidade do Recife, doravante denominada simplesmente SEE, neste ato representada por seu Secretário, **IVANEIDE DE FARIAS DANTAS**, brasileira, casada, Drª em Administração Pública, inscrito no CPF/MF sob o nº 524.628.701-15, portadora da carteira de identidade nº 240.234-7 SSP/PE, residente e domiciliada na rua João Frágoso de Medeiros, 4465, Candeias, Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco, nomeada através do ato nº 0013 do dia 01 de janeiro de 2023, publicado no DOE nº. 01, edição do dia 02/01/2023, e de outra parte, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOCÓ**, CNPJ nº 11.040.862/0001-64, com endereço na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 78, Centro, CEP: 56.220-000, Bodocó/ PE aqui designada **PREFEITURA**, neste ato representado (a) pelo(a) seu(sua) Prefeito(a), **Sr.(a) OTÁVIO AUGUSTO TAVARES PEDROSA CAVALCANTE**, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 047.303.974-52, portador(a) da cédula de identidade nº 5735765 - SDS/PE residente e domiciliado(a) a rua Antônio Américo Cardoso de Souza, nº 15, Bairro Claraná, CEP 56220-000, Bodocó/PE, celebram o presente instrumento, comprometendo-se a cumprir as disposições estabelecidas neste Termo de Adesão, na Lei Estadual nº 13.463 de 09/06/2008 e alterações posteriores e na Resolução Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco nº 156/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. Constitui objeto do presente Termo de Adesão a fixação de princípios e atribuições para a implantação e desenvolvimento do **"PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR – PETE"**, visando o fortalecimento de regime de colaboração e oferta de serviço de qualidade do transporte dos estudantes da Rede Estadual de Ensino conforme os critérios estabelecidos na Lei 13.463 de 09 de junho de 2008 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS:**

**DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO - SEE/PE:**

1. Informar no Censo Escolar do INEP o número de estudantes da Rede Estadual de Ensino, que necessitam de Transporte Escolar e informar ao MUNICÍPIO eventuais irregularidades na execução desses serviços para que sejam tomadas as providências pertinentes e os ajustes que se fizerem necessários.
2. Monitorar, através da Gerência Regional de Educação e Gestores(as) de Escolas, a execução do serviço de transporte dos estudantes da Rede Estadual de Ensino, realizado pelo município, observando o que está disposto no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, no Conselho Nacional de Trânsito – Contran e no Departamento Estadual de Trânsito – Detran/PE.
3. Os(as) Gestores(as) de Escolas e as Gerências Regionais de Educação deverão orientar os alunos quanto à responsabilidade pela conservação do transporte utilizado, ao respeito aos colegas e ao condutor do veículo, bem como informar quaisquer irregularidades. Em caso de irregularidades, a Gestão Escolar deverá encaminhar documento oficial à GRE, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias, para a regularização do serviço.



4. Efetuar o repasse financeiro ao MUNICÍPIO, de acordo com os artigos 2º e 3º da Lei Estadual nº 13.463, de 09/06/2008, e suas alterações.
5. Os recursos serão transferidos de forma parcelada, até o 10º dia útil de cada mês, salvo implicações administrativas, mediante depósito em conta bancária específica aberta pelo MUNICÍPIO exclusivamente para esse programa, sendo o valor repassado em 11 parcelas, garantindo o transporte escolar para os estudantes da rede estadual, em todos os dias letivos previstos no calendário escolar anual estabelecido pela Secretaria de Educação e Esporte do Estado de Pernambuco.
6. O não cumprimento da realização dos serviços do transporte escolar ensejará a suspensão pela SEE-PE, dos repasses até a sua devida regularização e, caso não ocorra, deverão ser tomadas as medidas necessárias para não prejudicar o calendário escolar dos estudantes da Rede Estadual.
7. Autorizar, mediante ofício, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a repassar, diretamente ao município, os recursos provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) – Cota Estadual.

#### **DA PREFEITURA MUNICIPAL:**

1. Realizar o Transporte Escolar dos estudantes da rede estadual de ensino nas condições de qualidade e segurança, de acordo com as normas vigentes na Lei do PETE nº 13.463/2008 e suas alterações, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, do Conselho Nacional de Trânsito – Contran, do Departamento Estadual de Trânsito – Detran/PE.
2. Informar os dados do Coordenador ou Chefe Municipal de Transporte Escolar indicado pela Prefeitura para acompanhar, fiscalizar e controlar a oferta do serviço de Transporte Escolar aos estudantes da rede estadual, informando a SEE-PE acerca de qualquer anormalidade verificada.
3. Prestar informações referentes ao transporte escolar a SEE-PE sempre que solicitado, especialmente para o atendimento dos parágrafos 3º e 4º do Art. 1º da Lei do PETE nº 13.463/2008 e suas alterações.
4. Manter os veículos utilizados no transporte escolar em boas condições de conservação e higiene.
5. Articular resoluções imediatas para possíveis irregularidades encontradas na documentação do veículo e do condutor, em ocasiões de vistorias e procedimentos de fiscalização.
6. Garantir que sejam transportados, dentro da capacidade máxima do veículo, única e exclusivamente, estudantes das redes municipal e estadual, devidamente cadastrados, bem como cumprir de forma integral os roteiros informados e acordados com a Gerência Regional de Educação e/ou pela Gestão Escolar.
7. Cumprir os dias letivos previstos no Calendário escolar estadual, incluindo o período de recuperação, a partir de alinhamento com a Gerência Regional de Educação.
8. Informar conta bancária específica para recebimento dos recursos destinados ao PETE, através de extratos bancários.
9. Prestar Contas dos recursos recebidos para o Transporte Escolar dos estudantes da rede estadual de ensino em até 60 (sessenta) dias, a contar do fim do ano letivo.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

1. O presente Termo de Adesão terá vigência de 03 (três) anos, a partir de 01 de janeiro de 2024, podendo ser prorrogado por igual período, conforme o art. 5º da Lei Estadual nº 13.463, de 09 de junho de 2008

### CLÁUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO

1. As alterações necessárias ao fiel cumprimento deste instrumento serão efetivadas mediante Termo Aditivo, que passará a fazer parte integrante do presente Termo de Adesão.

### CLÁUSULA QUINTA - DO RECURSO

1. Os recursos repassados à conta do PETE são destinados a:
  - 1.1 Despesas de manutenção em veículos escolares de propriedade do Município, devidamente licenciados pelo órgão de trânsito competente, tais como: reformas, seguros, licenciamentos, impostos e taxa (do ano em curso), pneus, peças, serviços de mecânica em freios, suspensão, motor, elétrica, funilaria, recuperação de assentos, combustíveis e lubrificantes, além de outras peças e serviços necessários à manutenção dos veículos;
  - 1.2 Contratação de serviços terceirizados para a oferta do Transporte Escolar rodoviário ou aquaviário.
2. É vedada a realização de despesas com:
  - 2.1 Tarifas bancárias
  - 2.2 Multas
  - 2.3 Pessoal

### CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. O MUNICÍPIO elaborará e remeterá a SEE-PE, em até 60 (sessenta) dias, a contar do fim do ano letivo, a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos à conta do Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE, devidamente assinada e carimbada pelo (a) PREFEITO (A).
2. A Prestação de Contas será constituída dos documentos que se encontram no checklist em anexo (Anexo I), o qual faz parte integrante do presente Termo.
3. Quando se fizer necessário, a SEE-PE poderá solicitar ao município, documentos complementares à prestação de contas, sempre no intuito de garantir a validação e aprovação das contas públicas junto aos órgãos de controle.
4. Após o recebimento da prestação de contas, a Secretaria de Educação e Esportes procederá à verificação da regularidade da execução da despesa, obedecidos os parâmetros estabelecidos na legislação pertinente.-
5. A SEE-PE, depois de efetuada a análise da prestação de contas, poderá fornecer certificado de quitação de prestação de contas quando solicitado.
6. A emissão de certificado de quitação de prestação de contas, prevista no parágrafo anterior, não elide a atuação dos órgãos de controle interno e externo no exercício de suas respectivas atribuições.
7. Após elaboração de parecer conclusivo sobre a prestação de contas, a SEE/PE adotará as seguintes providências:

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*



- 7.1 Na hipótese de parecer favorável, o processo é arquivado, mantendo-o à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, ressalvados os prazos mais longos previstos na legislação.
- 7.2 Se a verificação prevista no **item 4** resultar em exigências, a SEE-PE abrirá prazo de 30 (trinta) dias para o responsável atendê-las.
8. Compete ao representante legal sucessor apresentar a prestação de contas referente aos recursos recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito, e o prazo para adimplemento dessa obrigação vencer ou estiver vencido no período de gestão do sucessor;


#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

1. O presente Termo de Adesão poderá ser rescindido:
- 1.1 A qualquer tempo, por acordo das partes, desde que fique resguardada a manutenção do serviço de transporte escolar até o último dia do ano letivo em curso, conforme art.6º da Lei Estadual nº 13.463, de 09 de junho de 2008;
  - 1.2 Por razões de relevante e excepcional interesse público;
  - 1.3 Por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, independente de notificação judicial ou extrajudicial, em especial quando vierem a ser constatadas as seguintes situações:
    - 1.3.1 Utilização dos recursos em desacordo com o PETE;
    - 1.3.2 Falta de apresentação da prestação de contas.
      - 1.3.2.1 Em todos os casos, as partes se obrigam pelos compromissos assumidos na vigência deste instrumento.
2. A manifestação da vontade em reincidir este Termo de Adesão deve ser feita até o último dia útil de outubro, para que esta SEE possa se organizar para atender a demanda do ano seguinte.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

1. Fica eleito o Fórum da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado, para dirimir questões suscitadas na execução do presente instrumento.
2. E assim, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para todos os efeitos de direito.

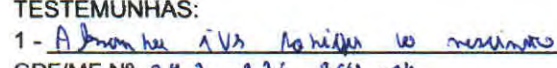
Recife, de de

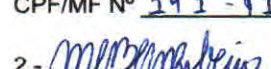
  
\_\_\_\_\_  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

  
\_\_\_\_\_  
Ocelo Augusto Soares Pedrosa Carneiro  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
GESTOR MUNICIPAL

#### TESTEMUNHAS:

1 -   
CPF/MF Nº 292.926.954-74

2 -   
CPF/MF Nº 435.214.104-63





PARECER DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PETE		
MUNICÍPIO: .....	GRE: .....	
SEDE: .....	SEI: .....	
ANÁLISE: 1º ANÁLISE CGPA ( )      2º ANÁLISE STE ( )      3º ANÁLISE GEPCC ( )		

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE**  
**CHECK LIST DA DOCUMENTAÇÃO**

DOCUMENTAÇÃO LEGAL	( )	1º Ofício do Prefeito encaminhando a Prestação de Contas do PETE
	( )	2º Cópia do Termo de Adesão.
	( )	3º Calendário do Ano Letivo.
	( )	4º Cópia da portaria de Nomeação do Fiscal de Serviço.
	( )	5º ANEXO I - Relação dos Alunos que utilizam o Transporte Escolar
	( )	6º ANEXO II - Quadro Consolidado - Relação das escolas do município, discriminando para cada uma delas a localização e o número de estudantes previstos a serem transportados por turno.
	( )	7º ANEXO III - Ficha do Controle do Condutor do Transporte.
	( )	8º ANEXO IV - Parecer Conclusivo do Conselho de Acompanhamento e Controle Social - CACS - FUNDEB.
	( )	9º ANEXO V - Parecer Conclusivo da Gerência Regional de Educação - GRE.
CONTROLE RODOVIÁRIO	( )	10º Mapa Rodoviário do Município, contendo o traçado georreferenciado das rotas do transporte escolar em suas variações, caso existam turnos e sentidos disponibilizados em arquivo eletrônico gerado por softwares de tratamento e manipulação de dados de GPS com extensões GPX, KML e GTM por exemplo.
	( )	11º Composição analítica de preços por quilometro rodado a ser pago para cada uma das rotas.
	( )	12º Cópia dos dados do motorista, CNH, CPF
	( )	13º Cópia dos dados dos veículos, CRLV
	( )	14º Cópia dos certificados do Curso de Habilitação dos Motoristas.
CONTROLE FINANCEIRO	( )	15º ANEXO VI - Demonstrativo da Execução da Receita, despesas e de pagamentos efetuados.
	( )	16º ANEXO VII - Conciliação - Prestação de Contas.
	( )	17º Cópia da Documentação da Despesa, empenho, autorização de pagamento, documentos de pagamentos, boletins autenticações de pagamentos respectivos documentos fiscais, notas fiscais, recibos, boletins de mediação, comprovantes de pagamentos, cheques e ordem bancária.
	( )	18º Comprovantes dos recolhimentos fiscais, Previdenciários e Trabalhistas.
	( )	19º Extrato Bancário da Conta, corrente e investimento.
CONTROLE DO PROCESSO LICITATÓRIO	( )	20º Edital.
	( )	21º Cópia do Projeto/Termo de Referência contendo, planilha discriminando as rotas e variações em seus turnos e sentidos, veículos itinerários a serem contratados conforme modelo constante no anexo III da resolução TC nº006/2013.
	( )	22º Comprovante da Publicação.
	( )	23º Planilha Orçamentaria Básica.
	( )	24º Protocolo de Recebimento, no caso convite.
	( )	25º Atas.
	( )	26º Mapa das Propostas.
	( )	27º Proposta Vencedora, incluindo o cronograma físico financeiro.
	( )	28º Termo de Adjudicação.
	( )	29º Termo de Homologação.
	( )	30º Cópia do Contrato celebrado ou instrumento equivalente e alterações posteriores

Responsável pela Análise \_\_\_\_\_

Data das Análises \_\_\_\_\_



*Handwritten signature*





## TERMO DE RECEBIMENTO DE VEÍCULO E RESPONSABILIDADE


Pelo presente instrumento, declaro que recebi da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, o ônibus, de **PLACA SOC4E72** e **CHASSI N° 93ZK61LFZS8704770**.

O dito veículo se encontra em perfeito estado de funcionamento e conservação. Em razão do recebimento do mencionado veículo, que se destina ao transporte dos alunos da rede, assumo as responsabilidades decorrentes de sua guarda, uso e conservação, obrigando-se ainda, a devolvê-lo quando exaurido o prazo do termo de cessão de uso da Secretaria de Educação e Esportes, que fica desde já autorizada a vistoriá-lo a qualquer tempo.

Fica sob minha responsabilidade só utilizar o veículo após realizar a vistoria junto ao Detran para autorização do mesmo como transporte escolar. Tenho ciência, ainda, que deverei realizar as vistorias semestrais junto ao Detran para obtenção do selo de autorização do veículo como transporte escolar.

Estou ciente, que na eventualidade de dano ao veículo, causado por acidentes ou mesmo em caso de furto ou roubo, devo providenciar o competente Boletim de Ocorrência junto às autoridades competentes, devendo ainda, comunicar o ocorrido em concomitância à Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco.

Recife, 04 de julho de 2024.

  
**MUNICÍPIO CESSIONÁRIO**





## TERMO DE CESSÃO DE USO

Termo de Cessão de Uso de Veículos de Transporte Escolar, firmado entre a Secretaria da Educação e Esportes do Estado de Pernambuco (SEE/PE) e a Prefeitura Municipal de **BODOCÓ**.

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.572.071.0001-00, com sede à Praça da República, S/N, bairro de Santo Antônio, Recife/PE, através desta **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.071/0001-12, com sede na Avenida Afonso Olindense, nº 1513, bairro da Várzea, nesta cidade do Recife/PE, neste ato representado por seu titular ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER, inscrito no CPF sob o nº 495.404.329-87, nomeada no ato nº 4297/2024 do dia 01 de JULHO de 2024 publicado no DOE do dia 02 de JULHO de 2024, doravante denominado simplesmente **CEDENTE**, e, de outra parte, o Município de **BODOCÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscritano CNPJ nº **11.040.862/0001-64**, com sede à Rua **AVENIDA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 78 - CENTRO - BODOCÓ/PE**, neste ato representada pelo Chefe do Executivo **OTÁVIO AUGUSTO TAVARES PEDROSA CAVALCANTE**, inscrito no CPF sob o nº **047.303.974-52**, denominada simplesmente de **CESSIONÁRIO**, firmam o presente Termo, conforme Cláusulas e condições a seguir acordadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso, do veículo tipo Ônibus Rural Escolar - ORE 3, com comprimento total máximo de 11.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.080 kg, com capacidade mínima de 59 (cinquenta e nove) estudantes sentados, mais o condutor, transmissão Mecânica, Ar condicionado, equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno, Chassi nº **93ZK61LFZS8704770**, Placa **SOC4E72**, ano de fabricação **2024** ao **CESSIONÁRIO**, com a finalidade exclusiva para transporte escolar de alunos da educação básica.





## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE DA CESSÃO**

**2.1** A CEDENTE cede ao CESSIONÁRIO, a título precário, o veículo especificado na cláusula primeira, única e exclusivamente para o fim ali especificado, ou seja, para transporte escolar.

**2.2** É vedado a utilização para qualquer outra finalidade, que não prevista no item 2.1, sendo proibido empréstimo, locação, cessão ou sub-rogação, ou qualquer tipo de transferência do presente termo, salvo consentimento prévio e por escrito, da CONCEDENTE.

**2.3** A CONCEDENTE reserva-se o direito de fiscalizar a utilização do veículo, podendo solicitar informações sobre o seu efetivo uso, na finalidade indicada no presente termo.

**2.4** Caso a finalidade do bem não seja cumprida pelo CESSIONÁRIO, o bem retornará a posse do CEDENTE.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO USO DO BEM**

**3.1** O Veículo cedido deverá obrigatoriamente ser utilizado pelo CESSIONÁRIO em sua área territorial, devendo ser conduzido por motorista credenciado e devidamente contratado pelo Município.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DO CEDENTE**

**4.1** Compete ao CEDENTE:

- a) Executar fielmente o objeto deste termo, de acordo com os termos pactuados e legislação pertinente, exclusivamente no objeto constante do termo;
- b) A qualquer tempo, a CEDENTE poderá, vistoriar o bem cedido, se assim julgar necessário;
- c) Permitir o livre acesso dos representantes designados pela SEE, possibilitando a fiscalização dos trabalhos e documentos a qualquer ato ou fato relacionado direta ou indiretamente com a cessão;
- d) Manter registros para acompanhamento e controle;

## **CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DO CESSIONÁRIO**

**5.1.** Compete ao CESSIONÁRIO:





- a) Manter o bem objeto deste instrumento sob a sua guarda e inteira responsabilidade;
- b) O CESSIONÁRIO obriga-se a receber o bem na localidade Praça da República, S/N - Santo Antônio, Recife - PE, 50010-928 – Palácio do Campo das Princesas – Governo do Estado de pernambuco;
- c) Contratar o seguro geral para veículos com cobertura no caso de colisão, furto, roubo, incêndio, danos materiais e pessoais contra terceiros (responsabilidade civil), figurando como beneficiária a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, a partir do recebimento da documentação do veículo (anexo deste instrumento) até a data da efetiva e real devolução do veículo;
- d) Encaminhar anualmente, a Superintendência de Transporte Escolar - SUTRAE, desta Secretaria, cópia da apólice do seguro global do veículo discriminado da cláusula primeira;
- e) Devolver o bem objeto deste termo em bom estado de conservação e uso, a juízo da CEDENTE;
- f) Durante o prazo de garantia, providenciar o encaminhamento do veículo para realização das todas manutenções preventivas obrigatórias, conforme consta no manual de operações do fabricante, a ser realizada na rede autorizada observando-se que a periodicidade deverá levar em consideração. No caso do município estar situado a mais de 200 km de distância da rede de concessionárias do fabricante, as manutenções preventivas obrigatórias serão feitas pelo fabricante (concessionários ou prepostos) no próprio local de entrega;
- g) Arcar com as despesas com multas, serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como quaisquer outros ônus decorrentes da utilização do bem;
- h) O cessionário é o único responsável pelas vistorias, cadastramentos e toda e qualquer ação necessária para o uso de forma regular do veículo cedido, em especial para o uso na execução de Transporte Escolar, sendo todo ônus de sua total responsabilidade;
- i) O cessionário deverá manter a identificação do objeto como veículo cedido, através do Programa Juntos pela Educação, não devendo descaracterizá-lo.

## CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 A cessão de uso vigorará por tempo indeterminado, condicionando a vida útil do bem cedido, podendo ser alterado a qualquer tempo de comum acordo entre as partes.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXCLUSIVIDADE

7.1 O CESSIONÁRIO, não poderá transmitir os direitos de cessionário a quaisquer outras pessoas.

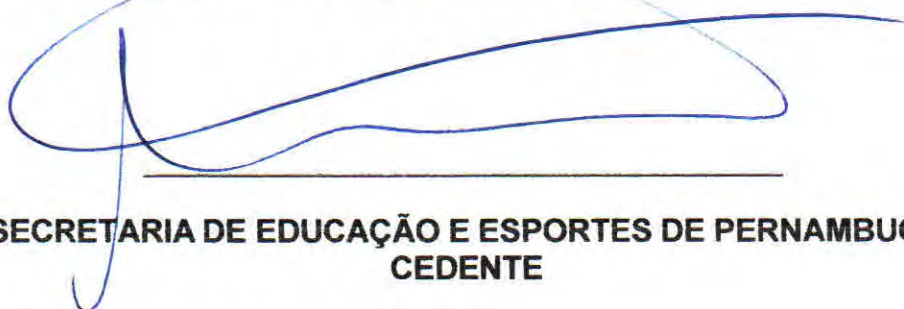
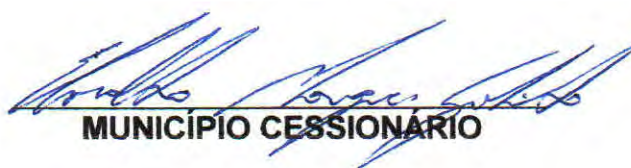




## CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir da aplicação deste termo é o da Comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que se apresente.


E, para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

  
\_\_\_\_\_  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO**  
**CEDENTE**  
\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO CESSIONÁRIO**

### TESTEMUNHAS:

1.   
\_\_\_\_\_  
ADRIANA OLIVEIRA DE TOLEDO

CPF nº 855.308.404-34

2.   
\_\_\_\_\_  
CAMILLA DA PAZ O. MOURA

CPF nº 009.402.694-73





RECIBO

O ESTADO DE PERNAMBUCO, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.572.071.0001-00, com sede à Praça da República, S/N, bairro de Santo Antônio, Recife/PE, através desta **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.071/0001-12, com sede na Avenida Afonso Olindense, nº 1513, bairro da Várzea, nesta cidade do Recife/PE, neste ato representado por seu titular ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER, inscrito no CPF sob o nº 495.404.329-87, nomeada no ato nº 4297/2024 do dia 01 de JULHO de 2024 publicado no DOE do dia 02 de JULHO de 2024, doravante denominado simplesmente **CEDENTE**, tem por objeto neste Recibo, a entrega do veículo tipo Ônibus Rural Escolar - ORE 3, com comprimento total máximo de 11.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.080 kg, com capacidade mínima de 59 (cinquenta e nove) estudantes sentados, mais o condutor, transmissão Mecânica, Ar condicionado, equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno, Chassi nº 93ZK61LFZS8704770, Placa SOC4E72, ano de fabricação 2024 com a finalidade exclusiva para transporte escolar de alunos da educação básica, ao MUNICÍPIO DE BODOCÓ, neste ato representado pelo Chefe do Executivo OTÁVIO AUGUSTO TAVARES PEDROSA CAVALCANTE, inscrito no CPF sob o nº 047.303.974-52, denominado simplesmente de **CESSIONÁRIO**, assinando o presente recibo em duas vias.

Recife, 04/07/2024.

  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE PERNAMBUCO  
CEDENTE

  
MUNICÍPIO CESSIONÁRIO